

Art. 4º O art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48

.....

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitados os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, exceto para o caso dos cursos de Medicina, nos quais a revalidação poderá ser efetuada por quaisquer instituições de ensino superior brasileiras que tenham esses cursos oficialmente reconhecidos, respeitados os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

.....” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições de ensino superior do exterior (Revalida) foi criado, em 2011, por iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS). Essa avaliação permite aos portadores de diploma de curso superior em Medicina egressos de instituições de ensino superior estrangeiras poderem tornar mais célere o processo de revalidação de seus diplomas. O Revalida tem expressiva função social na medida em que permite aumentar a oferta de médicos formados que podem atender no Brasil, o que é essencial em especial para o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, garante um meio de reconhecer quais cursos superiores de Medicina estrangeiros de fato guardam equivalência com seus congêneres nacionais.

No entanto, o Revalida, na forma atual, não é garantido por lei, mas apenas por editais que são lançados pelo governo federal a cada ano. Por essa razão, é fundamental estabelecer um mecanismo que garanta a segurança jurídica para a realização desse exame todo ano. Ademais, é preciso, para que essa relevante avaliação tenha escala maior e possa atender, de fato, aos seus demandantes, alterar, especificamente no caso dos

cursos de Medicina, o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — para permitir que toda e qualquer instituição de ensino superior brasileira que tenha curso de Medicina reconhecido pelo MEC possa contribuir para organizar e aplicar o Revalida, bem como revalidar os diplomas de cursos superiores de Medicina concluídos no estrangeiro.

Diante do exposto, solicitamos apoio aos Nobres Pares para que aprovem este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado GASTÃO VIEIRA